



TERMO DE RESCISÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 278/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2025

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI**, estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 17.749.896/0001-09, com sede na Rua Ministro Gabriel Passos, 199, Centro, nesta cidade, CEP 36.307-330, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **AURÉLIO SUENES DE RESENDE**, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2025**, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, **RESOLVE** estabelecer o presente **TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2026**, firmado com a empresa **IGOR FONSECA PINA**, CNPJ 46.843.656/0001-77, estabelecida na R. Doutor Antônio Carlos, nº 393, Apt 313 Bloco B, Bairro Centro, na cidade de Juiz de Fora/MG, CEP, 360.150-560, neste ato representado pelo Sr. **IGOR FONSECA PINA**, portador do CPF nº 150.***.***-**, sujeitando-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O objeto do presente termo é a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 019/2026 referente ao registro de preços para futura e eventual contratação de itens para realização de eventos incluindo locação de máquinas, equipamentos, estruturas, contratação de mão de obra e confecção de vestuário, com fundamento no art. 138 c/c art. 137 da lei 14.133/21.

1.2. A rescisão surtirá efeitos a partir da presente data.

CLÁUSULA II – DA JUSTIFICATIVA

2.1. A rescisão se justifica em síntese pelo descumprimento das obrigações assumidas conforme consta dos autos, bem como Ofício 65/2026 da SMCT e Memorando 058/2026/PGM.

CLÁUSULA III – DA APURAÇÃO DAS PENALIDADE E MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.

3.1. A rescisão unilateral não implica, por si só a aplicação imediata das penalidades, a serem apuradas em processo administrativo específico, com contraditório e ampla defesa, e decisão motivada pela Autoridade Superior Competente.

3.2. A conclusão do processo sancionatório, se for o caso, poderá ensejar as penalidades cabíveis, tais como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo de outras medidas legais.



3.3. Sem prejuízo do item anterior, serão adotadas as medidas assecuratórias do art. 139 da Lei 14.133/21, visando a continuidade do objeto.

CLÁUSULA III – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original.

4.2. Assim sendo, assina o presente

São João del Rei, 05 de fevereiro de 2026

Prefeitura Municipal de São João Del Rei

CNPJ: 17.749.896/0001-09

Aurélio Suenes de Resende

Prefeito Municipal